



**PREGÃO ELETRÔNICO**  
**90041/2026**

**CONTRATANTE (UASG):**  
**113601**

**OBJETO:**

**AQUISIÇÃO DE BENS MOVÉIS PARA O REFEITÓRIO UNIDADE DO IPEA BRASÍLIA - DF.**

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:**  
**R\$ 338.080,02**

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA:**  
**DIA 13 / 07 / 2026 ÀS 10h. (HORÁRIO DE BRASÍLIA)**

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO:**  
**MENOR PREÇO GLOBAL.**

**MODO DE DISPUTA:**  
**ABERTO.**

**TRATAMENTO FAVORECIDO ME/ EPP/ EQUIPARADAS:**  
**NÃO.**

**MARGEM DE PREFERÊNCIA PARA ALGUM ITEM:**  
**NÃO.**

## SUMÁRIO

- [1. DO OBJETO](#)
- [2. DO REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO](#)
- [4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO](#)
- [5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO](#)
- [6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA](#)
- [7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES](#)
- [8. DA FASE DE JULGAMENTO](#)
- [9. DA FASE DE HABILITAÇÃO](#)
- [10. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS](#)
- [11. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA](#)
- [12. DOS RECURSOS](#)
- [13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES](#)
- [14. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO](#)
- [15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS](#)

### INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA

#### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2026

(Processo nº 03001.002978/2025-51)

Torna-se público que o **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA** (UASG. 113601), inscrito no CNPJ sob o nº 33.892.175/0001-00, por meio de sua **DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**, sediado no SEPS 702/902, Conjunto C, Torre B, Asa Sul. Brasília/DF, CEP 70390-025, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### 1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a **aquisição de bens móveis para o refeitório unidade do Ipea Brasília - DF**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formado por **14 (quatorze)** itens, conforme tabela constante do Termo de Referência/Projeto Básico e **resumo abaixo**, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem:

Grupo	Item	Especificação	Catmat	Unidade/ Métrica	Valor Unitário (Estimado)	Qtde	Valor Total (Estimado)
Único	1	Cadeira fixa estofada com base em madeira	239761	Und.	R\$ 961,90	58	R\$ 55.790,39
	2	Cadeira fixa com base em aço	485383	Und.	R\$ 586,52	50	R\$ 29.326,00
	3	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	630928	Und.	R\$ 1.363,06	02	R\$ 2.726,12
	4	Longarina com encosto em tela e assento estofado	623645	Und.	R\$ 4.258,30	01	R\$ 4.258,30
	5	Sofá Modular Estofado - 1 Lugar	608715	Und.	R\$ 2.997,16	02	R\$ 5.994,32
	6	Sofá Modular Estofado - 2 Lugares	608714	Und.	R\$ 4.472,61	20	R\$ 89.452,20
	7	Sofá Modular Estofado de canto	608716	Und.	R\$ 4.357,25	01	R\$ 4.357,25
	8	Módulo Estofado Curvo 180º com Encosto Central	632309	Und.	R\$ 6.390,61	02	R\$ 12.781,23
	9	Cachepot retangular - 1300 mm	613229	Und.	R\$ 3.270,09	17	R\$ 55.591,53
	10	Cachepot retangular - 650 mm	613230	Und.	R\$ 2.456,41	03	R\$ 7.369,23
	11	Mesa circular - diâmetro 1000 mm	619734	Und.	R\$ 2.725,66	10	R\$ 27.256,60
	12	Mesa circular - diâmetro 1400 mm	611700	Und.	R\$ 3.364,85	03	R\$ 10.094,55
	13	Mesa de reunião retangular - 6 lugares (1300 x 800 mm)	468461	Und.	R\$ 3.099,29	06	R\$ 18.595,76
	14	Mesa de refeitório - 2700 x 900 mm	619429	Und.	R\$ 3.621,63	04	R\$ 14.486,54
Valor total estimado							<b>R\$ 338.080,02</b>

1.3. A licitação será realizada em grupo único, formado por 14 itens, conforme tabela constante no Termo de Referência/Projeto Básico, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.4. A proposta de preços (documento assinado) deverá ser encaminhada conforme modelo e orientações constantes no Anexo II do Edital.

## **2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

2.1. Suprimido. O pregão não será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP.

## **3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

3.1. Poderão participar deste certame os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.6. Suprimido. Tendo em vista a realização da licitação em grupo, não haverá item de participação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte.

3.7. Suprimido.

3.8. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248, de 1991 e art. 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

3.9. Não poderão disputar esta licitação:

3.9.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.9.2. sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação

3.9.3. Suprimido.

3.9.4. empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

3.9.5. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.9.6. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.9.7. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.9.8. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.9.9. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.9.10. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.9.11. Suprimido.

3.9.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

3.11. O impedimento de que trata o item 3.9.7. será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da

personalidade jurídica do licitante.

3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens [3.9.5. e 3.9.6.](#) poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.14. O disposto nos itens 3.9.5. e 3.9.6. não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.16. A vedação de que trata o item 3.10. estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

#### **4. DO ORÇAMENTO ESTIMADO**

4.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

#### **5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO**

5.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

5.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

5.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens 9.1.1 e 9.13.2 deste Edital.

5.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

5.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

5.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

5.4.3. não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

5.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

5.5. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.6. O licitante deverá declarar em campo próprio do sistema se o produto ou serviço ofertado é manufaturado nacional beneficiado por um dos critérios de margem de preferência indicados no Termo de Referência, quando for o caso, para usufruir do benefício.

- [De acordo com o item 4.47. do Termo de Referência, não será aplicada margem de preferência para o objeto desse pregão.](#)

5.7. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

5.7.1. no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

5.7.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

5.8. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

5.8.1. de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

5.8.2. que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

5.8.3. de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde

que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.4. cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.5. cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

5.8.6. constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

5.8.7. que participe do capital de outra pessoa jurídica;

5.8.8. que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

5.8.9. resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

5.8.10. constituída sob a forma de sociedade por ações.

5.8.11. cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

5.9. A falsidade da declaração de que trata os itens 5.4. ou 4.7. sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

5.10. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.11. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.12. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.13. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.13.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.13.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.14. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.14.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

5.14.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.15. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.13. possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.16. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.17. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## **6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA**

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. [Valor unitário do item e valor total.](#)

6.1.1.1. [O licitante deverá verificar se o valor da proposta cadastrada para cada item reflete o valor total, considerando o quantitativo total do item informado no Termo de Referência e no modelo de proposta.](#)

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

6.2.1. [Suprimido.](#)

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva



responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

6.5.1. **Suprimido.**

6.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

6.8. **Suprimido.**

6.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.

6.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.12. Caso o critério de julgamento seja o de menor preço, os licitantes devem respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico:

6.13. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.14. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.15. **Suprimido.**

6.16. **Suprimido.**

## **7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

7.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

7.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,60% (zero vírgula sessenta por cento)**.

7.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

7.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.

7.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação, sem prejuízo da aplicação da margem de preferência e do desempate ficto, conforme disposto neste edital, quando for o caso.

- 7.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), O pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 7.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 7.12. **Suprimido. Em razão da escolha da redação do item 7.11. e seus subitens.**
- 7.13. **Suprimido. Em razão da escolha da redação do item 7.11. e seus subitens.**
- 7.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 7.15. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 7.16. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 7.17. No caso de desconexão com o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 7.18. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 7.20. Ao final da fase de lances, será aplicado o benefício da margem de preferência, nos termos do art. 26 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.20.1. Para produtos ou serviços abrangidos por margem de preferência normal ou adicional, caso a proposta de menor preço não tenha por objeto produto ou serviço contemplado pela referida margem, o sistema automaticamente indicará as propostas de produtos ou serviços que façam jus ao diferencial de preço, pela ordem de classificação, para fins de aceitação pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 7.20.2. Nestas situações, a proposta beneficiada pela aplicação da margem de preferência normal ou adicional, conforme o caso, tornar-se-á a proposta classificada em primeiro lugar.
- 7.21. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).
- 7.21.1. Quando houver propostas beneficiadas com as margens de preferência, apenas poderão se valer do critério de desempate previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que também fizerem jus às margens de preferência (art. 5º, §9º, I, do Decreto nº 8538, de 2015).
- 7.21.2. O parâmetro para o empate ficto, nesse caso, consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar em razão da aplicação da margem de preferência.
- 7.21.3. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 7.21.4. A licitante mais bem classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 7.21.5. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 10% (dez por cento), caso se trate de uma concorrência, ou de até 5% (cinco por cento), caso se trate de um pregão, na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 7.21.6. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- 7.21.7. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 7.22. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.
- 7.23. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:
- 7.23.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

- 7.23.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- 7.23.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento.
- 7.23.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme conforme orientações dos órgãos de controle.
- 7.24. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
- 7.24.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;
- 7.24.2. empresas brasileiras;
- 7.24.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 7.24.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).
- 7.25. Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.
- 7.26. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
- 7.26.1. **Suprimido, será realizada por grupo único.**
- 7.26.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 7.26.3. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 7.26.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório
- 7.26.5. O pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 7.26.6. É facultado ao Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
- 7.27. Após a negociação do preço, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **8. DA FASE DE JULGAMENTO**

- 8.1. Encerrada a etapa de negociação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 3.7 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 8.1.1. SICAF;
- 8.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).
- 8.2. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.
- 8.2.1. A consulta no CNEP quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.
- 8.3. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas ao CEIS, CNEP e Lista de licitantes inidôneos pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU.
- 8.4. Caso conste na Consulta de Situação do a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro/Agente de Contratação/ Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.4.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 8.4.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 8.4.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
- 8.5. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- 8.6. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, ou tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Pregoeiro/Agente de



Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício.

8.6.1. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

8.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto nos arts. 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.8. **Suprimido.**

8.9. **Suprimido.**

8.10. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.10.1. conter vícios insanáveis;

8.10.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/ Projeto Básico;

8.10.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.10.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.10.5. não cumpra os critérios de aceitabilidade de preços definidos no Termo de Referência;

8.10.6. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

8.11. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.12. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

8.12.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.12.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

8.13. **Suprimido.**

8.13.1. **Suprimido.**

8.13.2. **Suprimido.**

8.13.3. **Suprimido.**

8.14. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.15. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

8.15.1. **Suprimido.**

8.15.2. **Suprimido.**

8.15.3. **Suprimido.**

8.15.4. **Suprimido.**

8.15.5. **Suprimido.**

8.16. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

8.16.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.16.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.17. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.18. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato, no caso de licitante revendedor ou distribuidor, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, sob pena de não aceitação da proposta.

8.19. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

8.20. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.21. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.22. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo

Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.23. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.24. **Suprimido, não se aplica ao presente objeto prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

8.25. **Suprimido, não se aplica ao presente objeto prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

8.26. **Suprimido, não se aplica ao presente objeto prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

8.27. **Suprimido, não se aplica ao presente objeto prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

8.28. **Suprimido, não se aplica ao presente objeto prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

8.29. **Suprimido, não se aplica ao presente objeto prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva.**

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

9.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

9.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de **20% (vinte por cento)** para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

9.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados, em original, por cópia, **ou documento nato digital**.

9.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

9.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#)).

9.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

9.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.10. **Suprimido, porque não há exigência de vistoria na presente contratação.**

9.11. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.11.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

9.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.12.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

9.13. A verificação pelo pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.13.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.

9.13.2. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.](#)

9.14. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

9.14.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

9.14.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

9.15. Encerrado o prazo para envio da documentação de que trata o item 9.13.1, poderá ser admitida, mediante decisão fundamentada do Pregoeiro/Agente de Contratação, a apresentação de novos documentos de habilitação ou a complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes, em até **02 (duas) horas**, para:

9.15.1. a aferição das condições de habilitação do licitante, desde que decorrentes de fatos existentes à época da abertura do certame;

9.15.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.15.3. suprimimento da ausência de documento de cunho declaratório emitido unilateralmente pelo licitante;

9.15.4. suprimimento da ausência de certidão e/ou documento de cunho declaratório expedido por órgão ou entidade cujos atos gozem de presunção de veracidade e fé pública.

9.16. Findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

9.17. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.18. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 9.13.1.

9.19. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9.20. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9.21. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

## **10. DO TERMO DE CONTRATO**

10.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

10.2. O adjudicatário terá o prazo de **05 (cinco)** dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá:

a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de **05 (cinco)** dias úteis, a contar da data de seu recebimento;

b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até **05 (cinco)** dias úteis; ou

c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de **05 (cinco)** dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

10.4. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida ao fornecedor adjudicado, implica o reconhecimento de que:

10.4.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

10.4.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas neste Edital;

10.4.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133, de 2021 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

10.5. Os prazos dos itens 10.2 e 10.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

10.6. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência.

10.7. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigido o Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CadIn e a comprovação das condições de habilitação e contratação

consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10.7.1. A existência de registro no Cadin constitui fator impeditivo para a contratação.

10.8. **Suprimido.**

10.9. **Suprimido.**

## **11. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

11.1. **Suprimido. O pregão não será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP**

## **12. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

12.1. **Suprimido. O pregão não será realizado por meio do Sistema de Registro de Preços - SRP, não terá formação de cadastro reserva.**

## **13. DOS RECURSOS**

13.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

13.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

13.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos

13.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.3.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

13.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

13.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico ([https://processoeletronico.ipea.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=usuario\\_externo\\_logar&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://processoeletronico.ipea.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0)).

## **14. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

14.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão/a durante o certame;

14.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

14.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

14.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

14.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

14.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

14.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

14.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

14.1.4. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

14.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

14.1.6. fraudar a licitação;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

14.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

14.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

14.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

- 14.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
- 14.1.9. praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).
- 14.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 14.2.1. advertência;
- 14.2.2. multa;
- 14.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 14.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 14.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 14.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.
- 14.3.2. as peculiaridades do caso concreto
- 14.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes
- 14.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública
- 14.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.4. A multa será recolhida no prazo máximo de no prazo máximo de **20 (vinte) dias úteis**, a contar da comunicação oficial.
- 14.4.1. Para as infrações previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2 e 14.1.3, a multa será de **0,5% a 15%** do valor do contrato licitado.
- 14.4.2. Para as infrações previstas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8, e 14.1.9., a multa será de **15% a 30%** do valor do contrato licitado.
- 14.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 14.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 14.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 14.1.1, 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 14.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7, 14.1.8 e 14.1.9., bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 14.1.1, 14.1.2, e 14.1.3. que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).
- 14.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 14.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).
- 14.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 14.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- 14.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- 14.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 14.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 14.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no Sicaf.
- 14.15.1. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.



## 15. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.
- 15.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- 15.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, [através do e-mail: licitacoes-bsb@ipea.gov.br](mailto:licitacoes-bsb@ipea.gov.br).
- 15.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 15.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão, nos autos do processo de licitação.
- 15.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 16.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 16.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro/Agente de Contratação/Comissão.
- 16.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 16.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 16.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 16.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 16.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 16.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 16.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 16.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico <https://www.ipea.gov.br/portal/licitacoes-e-contratos>.
- 16.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 16.11.1. ANEXO I - Termo de Referência, SEI nº (0802995);
- 16.11.1.1. APÊNDICE I - Estudo Técnico Preliminar, SEI nº (0786035)
- 16.11.2. ANEXO II - Especificações Téc. Mobil. (0795498)
- 16.11.3. ANEXO III - Modelo de Proposta de Preços, SEI nº (0794594);
- 16.11.4. ANEXO IV - Contrato (Minuta), SEI nº (0794621) ;
- 16.12. Os anexos acima informados deverão ser apresentados, quando aplicáveis, durante a licitação.

Assinatura eletrônica  
Fernando Gaiger Silveira  
**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União  
Modelo de Edital - Pregão e Concorrência - Lei nº 14.133, de 2021.  
Aprovado pela Secretaria de Governo Digital  
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação  
Atualização: NOV/2025



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Gaiger Silveira, Diretor(a) de Desenvolvimento Institucional - DIDES**, em 30/06/2026, às 10:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0798047** e o código CRC **9C85D0CC**.



IPEA-INSTIT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA/DF

# Termo de Referência 12/2026

## Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Sigilo empresarial. ]

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
12/2026	113601-IPEA-INSTIT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA /DF	ADRIANA HAYUMI BERBEL ITO	16/06/2026 17:30 (v 0.13)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	41/2026	03001.002978/2025-51

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de [mobiliários para a modernização do ambiente interno destinado ao refeitório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, incluindo instalação, montagem](#), nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT	UND DE MEDIDA	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1	Cadeira fixa estofada com base em madeira	239761	Unidade	58		
	2	Cadeira fixa com base em aço	485383	Unidade	50		
	3	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	630928	Unidade	2		
	4	Longarina com encosto em tela e assento estofado	623645	Unidade	1		
	5	Sofá Modular Estofado – 1 Lugar	608715	Unidade	2		
	6	Sofá Modular Estofado – 2 Lugares	608714	Unidade	20		
	7	Sofá Modular Estofado de canto	608716	Unidade	1		
	8	Módulo Estofado Curvo 180º com Encosto Central	632309	Unidade	2		
	9	Cachepot retangular – 1300 mm	613229	Unidade	17		
	10	Cachepot retangular – 650 mm	613230	Unidade	3		
	11	Mesa circular – diâmetro 1000 mm	619734	Unidade	10		
	12	Mesa circular – diâmetro 1400 mm	611700	Unidade	3		
	13	Mesa de reunião retangular – 6 lugares (1300 x 800 mm)	468461	Unidade	6		
	14	Mesa de refeitório – 2700 x 900 mm	619429	Unidade	4		
TOTAL GERAL							R\$

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

### 1.3. Suprimido.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021

1.5. O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados do(a) **assinatura do contrato**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

### 1.6. a 1.8. Suprimido.

1.9. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026](#), conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: [33892175000100-0-000001/2026](#);
- II) Data de publicação no PNCP: [12/03/2025](#);
- III) Id do item no PCA: [53](#)
- VI) Classe/Grupo: [7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS](#);
- V) Identificador da Futura Contratação: [1113601-41/2026](#)

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá observar e cumprir as práticas e critérios de sustentabilidade ambiental definidos pela Administração, como a utilização de matéria prima com baixo impacto ambiental, devendo estar apta a segui-los durante todo o fornecimento.

4.1.2. Os mobiliários e demais itens, objeto da licitação, deverão atender às normas técnicas da ABNT/ NBR, conforme abaixo descrito, em consonância com as especificações dos itens, objeto da referida contratação, e outras que se fizerem necessárias ao atendimento do objeto da referida contratação.

NORMATIVO	DESCRIÇÃO
NBR 9050 - 2020	Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.
NBR 10443:2023	Relatório de ensaio de pintura, das seguintes normas: determinação de aderência da tinta, com resultado médio de 50
NBR 10591:2008	Relatório de ensaio referente a gramatura de tecidos, com resultado de no mínimo 550g/m <sup>2</sup> , emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.
NBR 11003:2023	Relatório de ensaio de pintura, das seguintes normas: determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas, com resultado X0 e Y0, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO
NBR 13934-2016	Relatório de ensaio de determinação da resistência a tração e alongamento, com resultado min. 40daN trama e min. 20daN urdume, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.
NBR 13962-2018	Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material, excluindo-se: cadeiras plásticas mono-bloco, assentos para espectadores, assentos plásticos para eventos esportivos e assentos múltiplos, pois possuem normas específicas.
NBR 14001:2015	Certificado de conformidade de sistema de gestão ambiental, emitido por OCP acreditado pelo CGCRE-INMETRO.
NBR ISO 14020:2002 e 14024:2004	Certificado de rotulo ambiental.
NBR 15164-2004	Esta Norma especifica as características físico-mecânicas de materiais para sofás, bem como estabelece os métodos para determinação de estabilidade, resistência e durabilidade, independentemente de seu desenho, materiais utilizados e processo de fabricação.
NBR 15786-2010	Esta Norma especifica as características físicas, dimensionais e ergonômicas dos móveis de teleatendimento e os métodos de ensaio para a determinação de estabilidade, resistência e durabilidade dos móveis. This Standard specifies physical, dimensional and ergonomic properties from call center furnitures including stability method tests with endurance and durability. ISBN: 978-85-07-01873-5
NBR 16031 - 2012	Esta Norma especifica as dimensões, métodos de ensaio e requisitos que determinam a resistência, durabilidade estrutural e estabilidade de todos os tipos de assentos múltiplos conjugados, que não são fixados ao piso e/ou paredes de forma permanente. Uma unidade no mínimo precisa conter dois lugares de assento. A avaliação do efeito do envelhecimento e da temperatura ambiente não esta incluída. Estes ensaios não se destinam a avaliar a durabilidade dos materiais de enchimento, tais como espumas e seus revestimentos. Os ensaios visam a valorizar a resistência, durabilidade e estabilidade de assentos múltiplos conjugados, independentemente dos materiais, da concepção/execução ou dos processos, excluindo-se sofá, assentos para espectadores e outros assentos múltiplos fixados ao chão, paredes ou espelhos, e não são consideradas unidades que possuam somente um assento.
NBR 16964:2021	Esta Norma especifica os métodos de ensaio e os requisitos para a determinação da estabilidade de todos os tipos de assentos para adultos com peso de até 110 kg, independentemente do uso, materiais, projeto/construção ou processo de fabricação.
NBR 17088:2023	Relatório de ensaio de pintura, das seguintes normas: corrosão por exposição à névoa salina, com resultado min. 500h grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero)

4.1.3. Os produtos devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, como menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante transporte e o armazenamento;

4.1.4. CONTRATADA deverá ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da contratação, visando a efetiva aplicação de critérios, ações ambientais e socioambientais quanto à inserção de requisitos de sustentabilidade ambiental nos editais de licitação promovidos pela Administração Pública,



em atendimento ao artigo 5º e seus incisos da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG e de acordo com o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da AGU 2025. Quando da aquisição de bens, poderá exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental: Produtos constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR 15448-1 e 15448-2;

4.1.5. Dentre as recomendações voltadas para sustentabilidade ambiental, a presente aquisição observará também os critérios elencados na Instrução Normativa nº 01/2010 do MPOG e no art. 4º do Decreto nº 7.746 /2012, de que os materiais apresentem, na medida do possível, as diretrizes sustentáveis de: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência dos materiais, tecnologia e matérias-primas de origem local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra. Utilizar matéria-prima com produtos sustentáveis (tintas, vernizes e adesivos à base de água ou óleo vegetal), seguindo a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), ao obedecer às seguintes ações: evitar, reduzir, reutilizar, reciclar, incinerar com recuperação energética e, realizar a disposição final adequada dos rejeitos.

4.1.6. Dessa forma, a exigência de que os licitantes demonstrem que a matéria-prima utilizada respeita normas ambientais não deve ser encarada como restritiva, uma vez que efetiva enunciados normativos vigentes e eficazes no ordenamento jurídico. Ademais, a possibilidade de que seja apresentado certificado de procedência da madeira na apresentação da proposta é consideração importante, porquanto diz respeito à qualidade da matéria-prima utilizada para a confecção do mobiliário ofertado.

4.1.7. O objeto desta contratação está alinhado com o Plano Diretor de Logística Sustentável do Ipea (2025-2026), publicado pela Portaria Normativa IPEA nº 304, de 26 de dezembro de 2024, e com o Plano de Contratações Anual. Por ser um instrumento de governança, o Plano de Logística Sustentável do Ipea está alinhado ao Planejamento Estratégico 2024 - 2031.

Indicação de marcas ou modelos

4.2. Na presente contratação as marcas e modelos constantes nas Especificações Técnicas, Anexo ao Termo de Referência, servirão somente como referência, podendo ser ofertado material de qualidade similar ou superior.

Da vedação de contratação de marca ou produto

4.3. a 4.3.2. Suprimido

Da exigência de amostra

4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5. Serão exigidas amostras de todos os itens previstos na descrição do objeto, para a avaliação de sua qualidade, estrutura, durabilidade e padronização dos móveis que este Instituto pretende adquirir e se estão de acordo com as Especificações Técnicas constantes em anexo a este TR.

4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço SEPS 702/902 CONJUNTO C, TORRE B ASA SUL - CEP 70390-025 - Brasília-DF, no prazo limite de até 5 (cinco) dias corridos, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.

4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.

4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.

4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade para todos os itens do objeto da referida contratação :

Critério	Descrição	Padrão mínimo de aceitabilidade
Qualidade	Avaliação dos materiais empregados, acabamento e execução do mobiliário	Materiais adequados ao uso institucional, acabamento uniforme, sem defeitos aparentes, rebarbas ou falhas

<b>Estrutura</b>	Análise da estabilidade e integridade estrutural	Estrutura firme, estável e compatível com uso coletivo e contínuo
<b>Resistência</b>	Capacidade de suportar esforços mecânicos e desgaste pelo uso	Resistência compatível com ambientes corporativos e de uso intensivo
<b>Padronização</b>	Uniformidade estética, dimensional e funcional	Itens padronizados entre si, garantindo harmonia visual e funcional
<b>Design e ergonomia</b>	Adequação ergonômica, conforto e segurança do usuário	Conformidade com princípios ergonômicos e normas técnicas aplicáveis

4.9.1.O atendimento a esses critérios será verificado por meio da análise da documentação técnica apresentada, tais como catálogos, fichas técnicas, certificados, laudos ou amostras, quando exigidas pelo Ipea e conforme Especificações Técnicas constantes no Anexo a este Termo de Referência;

4.9.2. O não atendimento a quaisquer dos padrões mínimos estabelecidos implicará a inaceitabilidade da proposta, por não atender às necessidades da Administração.

4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.

4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

#### **Da exigência de carta de solidariedade**

4.15. Suprimido.

#### **Subcontratação**

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.17 ao 4.23. Suprimido

#### **Garantia da Contratação**

4.24. Suprimido.

4.25. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **3% (três por cento)** do valor **total** da contratação.

4.26. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.26.1. A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

4.26.2. Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

4.26.3. A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.26.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

4.26.5. Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

4.27. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

4.28. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

4.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

4.30. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

4.30.1. O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

4.31. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

4.31.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e

4.31.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.

4.32. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.33. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.34. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.35. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

4.35.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

4.35.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.36. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

4.36.1. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

4.36.2. A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.37. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.38. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.39. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.

4.40. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

#### **Reserva de cotas para microempresas e empresas de pequeno porte:**

4.41. Suprimido.

#### **Margem de Preferência:**

4.42. Suprimido.

#### **Laudos e Certificados obrigatórios**

4.43. Certificado de Conformidade com a norma ABNT/NBR Modelo de Certificação 5, em plena validade, emitido por laboratório acreditado pelo INMETRO. O CERTIFICADO DEVE FAZER MENÇÃO EXPLÍCITA À LINHA E AO MODELO OFERTADO (NOME E CÓDIGO).

4.44. Certificado de Procedência da Madeira - Deverá ser apresentado certificado ambiental comprovando a utilização de madeira legal e proveniente de manejo sustentável da exploração florestal (FSC ou CERFLOR) em nome do fabricante dos produtos ofertados.

4.45. Parecer, laudo, certificado ou atestado, emitido por profissional capacitado, que comprove que o produto ofertado obedece aos padrões técnicos e funcionais básicos de ergonomia, atendendo a Portaria n. 3.751/90 do MTE em relação à Norma Brasileira NR17 Ergonomia.

4.46. Os certificados e laudos deverão ser apresentados junto à proposta, e são indispensáveis para a aceitação da mesma.

4.47. Na proposta de preços deverá constar o mobiliário especificado tecnicamente, cotados em conformidade com as especificações constantes neste TR, esclarecendo todas as características que possa identificar o material, respeitando uma variação de 5% para maior ou menor nas dimensões, medidas e capacidades dos materiais apresentados.

4.48. Todo o mobiliário deverá ser confeccionado segundo os padrões internacionais de ergonomia e em consonância com as normas da ABNT.

4.49. A fabricação do mobiliário deverá obedecer rigorosamente ao constante nos seguintes documentos:

- Normas relativas à segurança e medicina do trabalho;
- Normas da ABNT (NBR 13.966/2008, 13.961/2010, 8094/1983 e outras relacionadas a móveis de escritório);
- Norma Regulamentadora NR-17, do Ministério do Trabalho e Emprego que trata de ergonomia;
- Normas internacionais consagradas.

4.50. A empresa vencedora deverá apresentar protótipos do mobiliário apresentado de acordo com especificações precisas dos produtos relacionados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a declaração do vencedor da licitação no sistema eletrônico, para avaliação técnica de compatibilidade e/ou equivalência para testes e análises, devendo os mesmos terem sua estrutura interna exposta.

4.51. Os protótipos serão abertos, manuseados e desmontados, sendo devolvidos à licitante no estado em que se encontrarem após avaliação.

4.52. O Ipea realizará a avaliação das amostras e recebimento dos itens, objeto da contratação, com vistas à aprovação do protótipo apresentado. Procederá à análise dos padrões mínimos de aceitabilidade da sua conformidade com as Especificações Técnicas constantes neste TR e anexos.

4.53. A licitante vencedora deverá apresentar laudos técnicos relativos à todos os itens, devidamente fornecidos por laboratórios credenciados pelo INMETRO, atestando que o mobiliário ofertado atende às exigências da NR-17 referente a ergonomia de mobiliários para escritório, conf. Portaria nº 3.751/90, do Ministério do Trabalho e das normas da ABNT citadas.

4.54. Em caso de recusa dos protótipos da licitante vencedora sejam reprovados, a proposta será recusada e será convocada a autora da segunda melhor proposta para, caso o seu preço esteja dentro da margem orçamentária da Administração, apresentar seus protótipos, estando sujeita às mesmas condições da primeira colocada e assim sucessivamente.

4.55. Os protótipos deverão ser retirados das dependências do Ipea em até 10 (dez) dias após a homologação do certame. Os protótipos não retirados nesse prazo, poderão ser doados sem gerar direito de indenização à licitante.

4.56. O licitante vencedor ficará obrigado a substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no todo ou em parte, o mobiliário em que se verificarem defeitos de fabricação ou avariados, respeitadas as garantias legais e contratuais.

4.57. A empresa vencedora deverá se responsabilizar pelo fornecimento da garantia de 05 (cinco) anos de todo o mobiliário fornecido, independentemente de ser ou não fabricante dos materiais, a partir do recebimento definitivo.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do(a) emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2. Suprimido.

5.3. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço SEPS 702/902 CONJUNTO C, TORRE B ASA SUL - CEP 70390-025 - Brasília-DF.

5.4.1. Suprimido.

### Garantia, manutenção e assistência técnica



## 5.5. Suprimido.

5.6. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, **05 (cinco) anos**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.8. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

5.9. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.

5.10. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

5.11. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.12. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **10 (dez)** dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.

5.13. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.14. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.15. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.16. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.17. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

## **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

### **6.15. a 6.15.3. Suprimido.**

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

## **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **10 (dez)** dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **0,5% (zero vírgula cinco por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

#### 7.2.4.7.1. Suprimido.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **30 (trinta)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## 8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Recebimento

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de **10 (dez)** dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **05 (cinco)** dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

## **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.



8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice **IPCA** de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.[A5]

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Antecipação de pagamento**

*8.27. a 8.37. Suprimido.*

### **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta

vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

### **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado em [10/10/2025](#).

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade [Pregão](#), sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [Menor Preço](#).

[9.2. Suprimido.](#)

### **Forma de fornecimento**

9.3. O fornecimento do objeto será [integral](#).

### **Critérios de aceitabilidade de preços**

[9.4. a 9.4.1. Suprimido.](#)

### **Exigências de habilitação**

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### **Habilitação jurídica**

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

#### 9.14. Suprimido.

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.26. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos **dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

---

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

---

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação **patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da parcela pertinente**.

9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

**9.32. Suprimido.**

### **Qualificação Técnica**

**9.33. Caso a empresa seja fabricante de mobiliário, deverá estar regularmente registrada na Junta Comercial do Estado ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com objeto social compatível com o fornecimento.**

9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.34.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**9.34.1.1. Com relação aos mobiliários, os documentos devem indicar, minimamente, as dimensões e requisitos mecânicos de ergonomia, quando exigidos pelas normas;**

#### 9.34.1.2. Apresentar laudos e certificados conforme descritos nos itens 4.43 a 4.53 deste Termo de Referência.

9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.

9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

#### 9.35. Suprimido.

### Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 338.080,05 (trezentos e trinta e oito mil, oitenta reais e cinco centavos)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.**

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: **11302/113601**;

- II) Fonte de recursos: [1000](#);
- III) Programa de trabalho: [0032](#);
- IV) Elemento de despesa: [...]; e
- V) Plano interno: [225244](#).

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

---

Identificação e assinatura do servidor (ou equipe) responsável

*(assinatura eletrônica)*

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

[13. Não se aplica.](#)

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no Edital **OU** Aviso de Contratação Direta, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome e Cargo do Representante Legal)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



**DIEGO TOMAZETTO DE CARVALHO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 15/06/2026 às 10:21:48.*

**MANOEL DE RIBAMAR CARDOSO BARROSO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 10:02:37.*

**MARINESIA LEMOS SOUTO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 13:23:12.*

Despacho: Considerando a imprescindibilidade e a essencialidade do serviço acima descrito, e constatando a disponibilidade orçamentária informada, aprovo o presente documento e a referida contratação.

**FERNANDO GAIGER SILVEIRA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 16/06/2026 às 17:30:57.*

IPEA-INSTIT.DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA/DF

# Estudo Técnico Preliminar 44/2025

## 1. Informações Básicas

[Este documento é sigiloso | Justificativa: Sigilo empresarial.]

Número do processo: 03001.002978/2025-51

## 2. Descrição da necessidade

2.1. A presente aquisição de bens móveis com a finalidade de atender às demandas encaminhadas a Coordenação de Serviços Gerais - DIDES/CGCAP /COSGE no espaço destinado ao refeitório deste Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

2.2. O refeitório constitui um dos espaços centrais do Instituto, utilizado diariamente para as refeições, além de ser um ambiente de socialização, convivência e fortalecimento dos vínculos entre servidores, colaboradores e demais usuários. Atualmente encontra-se desconfigurado de um layout ideal, pois existe uma adaptação empregada, as cadeiras disponíveis encontram-se em avançado estado de desgaste, com estruturas danificadas que comprometem a segurança e o conforto dos usuários.

2.3. Cabe ressaltar que o mobiliário atualmente empregado no refeitório é originalmente destinado a escritórios, não atendendo de forma adequada às especificidades do espaço. Ademais, grande parte dos bens encontra-se defeituosa, inservível, obsoleta ou em estado de deterioração pelo uso contínuo. A substituição, portanto, é necessária para garantir condições adequadas de refeição e conforto aos frequentadores do ambiente.

2.4. Somado a esse fator, este Instituto recebeu recentemente 80 (oitenta) novos servidores, ampliando significativamente a demanda da infraestrutura do refeitório, para uma uniformização e acomodação ideal aos servidores, colaboradores e usuários.

2.5. Para um ambiente de refeições em instituição de trabalho, é indispensável a disponibilização de mesas e cadeiras adequadas ao número de usuários, confeccionadas em materiais resistentes, de fácil higienização e alta durabilidade, além de ergonômicas, de modo a assegurar segurança, conforto e bem-estar.

2.6. Em síntese, a modernização e adequação do refeitório contribuem para um ambiente de trabalho mais saudável, produtivo e agradável, refletindo diretamente na valorização e na motivação dos servidores, colaboradores e usuários.

2.7. Diante do exposto, verifica-se a necessidade de troca do mobiliário geral para utilização adequada do espaço, em substituição aos bens desgastados e inservíveis, bem como a ampliação da capacidade instalada para atendimento da demanda atual.

2.8. Ressalta-se que a aquisição encontra-se prevista no Plano de Contratação Anual - PCA do Ipea para o exercício de 2025, ID 130, Classe 7195 - Mobiliário Diversos e Acessórios, com a finalidade de modernizar e adequar os espaços institucionais da edificação.

## 3. Descrição dos Requisitos da Contratação

3.1. A aquisição deverá atender à demanda do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em Brasília, suprimindo a carência no espaço destinado à área de convivência da edificação, de forma a garantir melhores condições de trabalho, acolhimento e suporte às atividades.

3.2. Se necessário, serão solicitadas amostras dos produtos a fim de demonstrar o atendimento às especificações e a conformidade com as Normas Brasileiras pertinentes, bem como a padronização pretendida.

### Padrões mínimos de qualidade

3.3. A empresa fornecedora deverá comprovar possuir condições técnicas, logísticas e operacionais adequadas para garantir o fornecimento e a entrega dos bens, objeto deste instrumento, em perfeitas condições de uso, de acordo com as especificações definidas no Termo de Referência.

3.4. A contratada deverá observar e cumprir as práticas e critérios de sustentabilidade ambiental definidos pela Administração, como a utilização de matéria prima com baixo impacto ambiental, devendo estar apta a segui-los durante todo o fornecimento.

3.5. Os mobiliários e demais itens, objeto da licitação, deverão atender às normas técnicas da ABNT/ NBR, conforme abaixo descrito, em consonância com as especificações dos itens, objeto da referida contratação, e outras que se fizerem necessárias ao atendimento do objeto da referida contratação:

NORMATIVO	DESCRIÇÃO
NBR 9050 - 2020	Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção.
NBR 10443:2023	Relatório de ensaio de pintura, das seguintes normas: determinação de aderência da tinta, com resultado médio de 50
NBR 10591:2008	Relatório de ensaio referente a gramatura de tecidos, com resultado de no mínimo 550g/m², emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO.
NBR 11003:2023	Relatório de ensaio de pintura, das seguintes normas: determinação da espessura da película seca sobre superfícies rugosas, com resultado XO e YO, emitido por laboratório acreditado pelo CGCRE-INMETRO
NBR 13962-2018	Esta Norma especifica as características físicas e dimensionais e classifica as cadeiras para escritório, bem como estabelece os métodos para a determinação dimensional, da estabilidade, resistência e durabilidade de cadeiras de escritório, de qualquer material, excluindo-se: cadeiras plásticas mono-bloco, assentos para espectadores, assentos plásticos para eventos esportivos e assentos múltiplos, pois possuem normas específicas.
NBR 14001:2015	Certificado de conformidade de sistema de gestão ambiental, emitido por OCP acreditado pelo CGCRE-INMETRO.
NBR ISO 14020:2002 e 14024:2004	Certificado de rotulo ambiental.
NBR 15164-2004	Esta Norma especifica as características físico-mecânicas de materiais para sofás, bem como estabelece os métodos para determinação de estabilidade, resistência e durabilidade, independentemente de seu desenho, materiais utilizados e processo de fabricação.
NBR 15786-2010	Esta Norma especifica as características físicas, dimensionais e ergonômicas dos móveis de teleatendimento e os métodos de ensaio para a determinação de estabilidade, resistência e durabilidade dos móveis. This Standard specifies physical, dimensional and ergonomic properties from call center furnitures including stability method tests with endurance and durability. ISBN: 978-85-07-01873-5
NBR 16031 - 2012	Esta Norma especifica as dimensões, métodos de ensaio e requisitos que determinam a resistência, durabilidade estrutural e estabilidade de todos os tipos de assentos múltiplos conjugados, que não são fixados ao piso e/ou paredes de forma permanente. Uma unidade no mínimo precisa conter dois lugares de assento. A avaliação do efeito do envelhecimento e da temperatura ambiente não está incluída. Estes ensaios não se destinam a avaliar a durabilidade dos materiais de enchimento, tais como espumas e seus revestimentos. Os ensaios visam a valorizar a resistência, durabilidade e estabilidade de assentos múltiplos conjugados, independentemente dos materiais, da concepção/execução ou dos processos, excluindo-se sofá, assentos para espectadores e outros assentos múltiplos fixados ao chão, paredes ou espelhos, e não são consideradas unidades que possuam somente um assento.
NBR 16964:2021	Esta Norma especifica os métodos de ensaio e os requisitos para a determinação da estabilidade de todos os tipos de assentos para adultos com peso de até 110 kg, independentemente do uso, materiais, projeto/construção ou processo de fabricação.
NBR 17088:2023	Relatório de ensaio de pintura, das seguintes normas: corrosão por exposição à névoa salina, com resultado min. 500h grau de empolamento igual a 0 (zero) e grau de enferrujamento igual a 0 (zero)

3.6. A contratada deverá entregar os mobiliários e demais itens, objeto da licitação, novos, de primeiro uso, originais de fábrica, sem riscos, montados e prontos para uso. Quaisquer amassados e/ou outros defeitos, serão recusados os itens que apresentarem avarias.

3.7. Os materiais deverão ser fornecidos com todos os acessórios necessários à sua perfeita instalação e funcionamento, incluindo a documentação técnica completa e atualizada, como manuais, guias de instalação e outros pertinentes.

3.8. Os itens devem ser instalados no local indicado pela contratante e atendidos os critérios de garantia descritos individualmente em cada item ou de no mínimo 05 (cinco) anos, o que for maior.

3.9. Os itens deverão possuir garantia mínima de 05 (cinco) anos, com disponibilidade de assistência técnica em Brasília/DF, assegurando reparo ou substituição de peças defeituosas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, conforme art. 26 do Código de Defesa do Consumidor.

3.10. Os itens deverão ser entregues em perfeitas condições, acompanhados da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia.

3.11. O fornecedor será responsável por todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas ao fornecimento, incluindo transporte, seguro para cobertura de eventuais danos, montagem e instalação dos bens, sem qualquer ônus adicional ao IPEA.

#### **Padronização**

3.12. Não é recomendável divisão em cotas para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48, da Lei Complementar nº 123/2006; e do Decreto 8.538, de 6/10/2015, já que o tratamento diferenciado tem alto potencial de representar prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado, em face do princípio da padronização, descrito na alínea “a”, inciso V do Art. 40 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, que impõe a compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho entre os itens, de maneira uniforme, observadas as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.

3.13. Os mobiliários a serem adquiridos possuem publicação de catálogo eletrônico de padronização, CATMAT, conforme definido pela Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e instituído na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional por meio da Portaria SEGES/ME nº 938, de 2 de fevereiro de 2022.

ITEM	CATMAT	MOBILIA REFEITÓRIO IPEA - DF
1	239761	Cadeira fixa estofada com base em madeira
2	485383	Cadeira fixa com base em aço
3	630928	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado
4	623645	Longarina com encosto em tela e assento estofado
5	608715	Sofá Modular Estofado – 1 Lugar
6	608714	Sofá Modular Estofado – 2 Lugares
7	608716	Sofá Modular Estofado – 3 Lugares
8	632309	Módulo Estofado Curvo 180° com Encosto Central
9	613229	Cachepot retangular – 1300 mm
10	613230	Cachepot retangular – 650 mm
11	619734	Mesa circular – diâmetro 1000 mm
12	611700	Mesa circular – diâmetro 1400 mm
13	468461	Mesa de reunião retangular – 6 lugares (1300 x 800 mm)
14	619429	Mesa de refeitório – 2700 x 900 mm

3.14. O Catálogo de materiais (CATMAT) do governo federal, utilizado para classificar os materiais por meio de código, possui limitações, e suas descrições nem sempre atendem as especificidades das aquisições de mobiliários. Caso haja divergência entre as especificações do CATMAT e do TR, prevalecerão as especificações que constam no TR e seus anexos.

#### **Da Natureza**

3.15. A presente aquisição dos bens possui natureza não continuada, uma vez que se trata de fornecimento único, destinado a atender a necessidade pontual da Administração, não demandando prorrogação contratual após a entrega definitiva e o cumprimento da garantia.

#### **Dos critérios de sustentabilidade**

3.16. A contratada deverá cumprir os critérios de sustentabilidade ambiental disciplinados pela Instrução Normativa nº1 de 19 de janeiro de 2010, bem como Normas Brasileiras-NBR, publicada pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos e o Decreto nº 7.746, 05 de junho de 2012, assim como o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União, no que couber;

3.17. Os serviços empregados pela CONTRATADA deverão atender à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais, positivos e negativos a eles associados;

3.18. A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA a relação de marcas e fabricantes dos materiais utilizados, podendo exigir substituições, caso se verifique a necessidade de alternativas mais adequadas sob o ponto de vista ambiental;

3.19. A CONTRATADA deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

3.20. Os resíduos durante a execução dos serviços serão gerenciados de acordo com a Resolução nº 307, de 5 de julho de 2002 e Resolução nº 469, de 29 de julho de 2015, do Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA, assim como outras relacionados ao tema.

- 3.21. O mobiliário deve estar em conformidade com as normas técnicas da ABNT, comprovada pela apresentação de relatório de ensaio emitido por um laboratório detentor de Certificado de Acreditação concedido pelo Inmetro, com escopo de acreditação específico para ensaios mecânicos com base nas normas requeridas. O Relatório de Ensaio deve ser acompanhado de documentação gráfica (desenho ou fotos) e memorial descritivo contendo informações necessárias e suficientes para a perfeita identificação do modelo ou da linha, incluindo o modelo do produto.
- 3.22. Os relatórios devem demonstrar que o ensaio do produto ofertado está em conformidade com as Normas Brasileiras pertinentes. Para tanto, será exigido laudo para todos os mobiliários objeto da referida aquisição.
- 3.23. Os relatórios devem detalhar a constituição do produto, mencionando os materiais usados na fabricação, bem como suas características e desempenho.
- 3.24. Para os itens que apresentarem estruturas de madeira, tintas, que utilizarem solventes, vernizes e secantes, para esses itens cuja atividade de fabricação ou industrialização é enquadrada no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021, só será admitida a oferta de produto cujo fabricante esteja regularmente registrado no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, instituído pelo artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981.
- 3.25. A produção, quando possível, deverá acontecer com materiais reciclados, biodegradável, atóxico, dentre outros.
- 3.26. Relativamente ao modo de produção, não poderá haver utilização de trabalho escravo ou infantil, e deverá ser fabricado com máquinas que reduzem a geração de resíduos industriais.
- 3.27. Na distribuição, utilizar embalagens compactas, quando possível, de indústria e de produtor local.
- 3.28. A logística reversa, conforme o caso, é de responsabilidade da contratada, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de resíduos industriais dos produtos utilizados, conforme previsto no art. 18, I, § 1º, XII da Lei 14.133/2021.
- 3.29. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, utilizando o menor volume possível e materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.
- 3.30. O Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) é um dos instrumentos de governança instituídos pela Portaria SEGES/ME nº 8.678, de 19 de julho de 2021, logo tem a função de assegurar os objetivos das contratações públicas, além de estabelecer a estratégia das contratações e da logística no âmbito do órgão e entidade, considerando as dimensões econômica, social, ambiental e cultural.
- 3.31. Por ser um instrumento de governança, o Plano de Logística Sustentável do Ipea está alinhado ao Planejamento Estratégico do Ipea 2024-2031.

#### **Duração inicial do contrato**

- 3.32. Conforme estabelecido pela Lei 14.133/2021, os contratos de aquisição de bens têm execução imediata e duração restrita ao necessário para entrega, o recebimento e o pagamento (geralmente 30 a 90 dias), permanecendo vigente a garantia contratual (normalmente 12 meses) após a entrega.

#### **Transição Contratual**

- 3.33. Não se aplica, em razão das particularidades da contratação.

#### **Solução do mercado**

- 3.34. Por meio dos estudos realizados, foram analisadas alternativas disponíveis no mercado, considerando a capacidade de atender ao Projeto constante nos **Anexos I e II**, relativo à ausência dos itens, bem com a relação custo-benefício, tendo em vista que a aquisição dos itens representa a solução mais adequada e vantajosa para o Instituto.

#### **Necessidade de garantia/ Assistência Técnica**

- 3.35. A contratada deverá garantir os bens contra eventuais defeitos de fabricação ou funcionamento, pelo prazo mínimo 05 (cinco) anos, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 3.36. A garantia será prestada com vistas a manter os mobiliários fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 3.37. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 3.38. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

- 3.39. . As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 3.40. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.
- 3.41. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.
- 3.42. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 3.43. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 3.44. O custo referente ao transporte dos bens cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.
- 3.45. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

**Questões referentes ao frete e a entrega da mercadoria**

- 3.46. A contratada será responsável por toda as despesas com frete, transporte, seguro e entrega dos bens até as dependências do Ipea, em Brasília/DF, não cabendo ônus adicional à Administração.
- 3.47. Os produtos deverão ser entregues em embalagens originais, lacradas e adequadas, de forma a garantir sua integridade durante o transporte e o armazenamento.
- 3.48. A contratada deverá realizar a entrega, montagem (quando aplicável) e instalação dos bens em perfeitas condições de uso, no prazo máximo estabelecido no Termo de Referência, mediante agendamento prévio com a Coordenação de Serviços Gerais do IPEA.
- 3.49. O recebimento será condicionado à conferência dos itens, à apresentação da Nota Fiscal com identificação da marca, modelo, fabricante e número de série (quando aplicável), bem como ao cumprimento de todas as especificações técnicas exigidas.

**Requisitos quanto à normas como ABNT**

- 3.50. Os bens a serem adquiridos deverão atender às Normas Técnicas Brasileiras - ABNT/NBR, de forma a assegurar a qualidade, a durabilidade e a segurança necessárias ao seu uso.

**Da subcontratação**

- 3.32. É vedada a subcontratação do objeto principal do contrato, sendo permitida apenas a subcontratação de serviços acessórios indispensáveis à aquisição, tais como transporte, entrega montagem ou instalação, desde que previamente autorizado pela administração.

**4. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
COORDENAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS	DIEGO TOMAZETTO DE CARVALHO

**5. Levantamento de Mercado**

- 5.1. Foram analisadas alternativas disponíveis no mercado, com base em custo-benefício, eficiência e durabilidade, concluindo que a aquisição dos itens foi a alternativa mais vantajosa, por garantir a modernização da infraestrutura, a melhoria das condições de trabalho e racionalização de recursos públicos.



5.2. A pesquisa de preços foi realizada em conformidade com a Instrução Normativa nº 3/2017 e o art. 23, IV da Lei 14.133 /2021, considerando contratações públicas similares de outros órgãos disponíveis no **Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP** , através do site <http://pncp.gov.br>; no **Comprasnet**, e pesquisa em Editais publicados recentemente, **Anexo III**, contudo não foi possível encontrar mobiliários similares para o mesmo objeto em sua totalidade, tendo sido localizados alguns itens, **conforme** abaixo detalhado:

ÓRGÃO	UASG	Nº PREGÃO/ DISPENSA	MOBILIÁRIO	VALOR UNITÁRIO R\$
Senado Federal	20001	90105/2025	Mesa redonda para reunião	5.124,27
Secretaria de estado de Segurança Pública - MT		013/2025	Poltrona fixa com braços em madeira	5.486,54
Superior Tribunal de Justiça - DF	50001	90019/2024	Sofá 03 lugares	2.099,99
			Sofá 01 lugar	1.360,00
			Sofá 03 lugares	2.780,00
			Sofá 01 lugar	3.250,00
Tribunal Regional de Federal da 1ª Região - DF	90027	90009/2024	Sofá 02 lugares	3.500,00
			Sofá 03 lugares	3.800,00
FNDE-MEC-Fundo Nac. de Desenv. Da Educação/ DF	153173	90013/2025	Sofá 03 lugares	5.836,67
			Sofá 2	2.543,20
Ministério da Justiça e Segurança Pública - Penitenciária de Mossoró	200602	90029/2024	Sofá 3	4.112,64
			cadeiras tipo longarina	1.022,11

5.3. Para comparar os valores com o mercado, foi realizada consulta de preços com fornecedores, **Anexo IV**, a partir do projeto aprovado para o refeitório, tendo recebido apenas três propostas, conforme **Anexo V**.

5.4. Para definição do valor de referência, optou-se pelo método de média aritmética, calculados a partir das três cotações recebidas, detalhado em relatório de pesquisa de preços no **Anexo VI** deste ETP, e abaixo descrito:

PESQUISA DE MERCADO									
ITEM	CATMAT	MOBILIA REFEITÓRIO IPEA - DF	ORÇAMENTO 01	ORÇAMENTO 02	ORÇAMENTO 03	MÉDIA	QUANTITATIVO	VALOR TOTAL	
1	239761	Cadeira fixa estofada com base em madeira	R\$ 920,58	R\$ 920,00	R\$ 1.045,13	R\$ 961,90	58	R\$ 55.790,39	
2	485383	Cadeira fixa com base em aço	R\$ 524,41	R\$ 615,00	R\$ 620,15	R\$ 586,52	50	R\$ 29.326,00	
3	630928	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	R\$ 1.190,80	R\$ 1.430,00	R\$ 1.468,39	R\$ 1.363,06	2	R\$ 2.726,13	
4	623645	Longarina com encosto em tela e assento estofado	R\$ 4.059,02	R\$ 4.750,00	R\$ 3.965,89	R\$ 4.258,30	1	R\$ 4.258,30	
5	608715	Sofá Modular Estofado – 1 Lugar	R\$ 3.026,23	R\$ 2.850,00	R\$ 3.115,25	R\$ 2.997,16	2	R\$ 5.994,32	
6	608714	Sofá Modular Estofado – 2 Lugares	R\$ 4.602,90	R\$ 4.215,00	R\$ 4.599,93	R\$ 4.472,61	20	R\$ 89.452,20	
7	608716	Sofá Modular Estofado – 3 Lugares	R\$ 6.446,35	R\$ 4.020,00	R\$ 4.680,16	R\$ 5.048,84	1	R\$ 5.048,84	
8	632309	Módulo Estofado Curvo 180º com Encosto Central	R\$ 4.371,61	R\$ 5.900,00	R\$ 6.825,50	R\$ 5.699,04	2	R\$ 11.398,07	
9	613229	Cachepot retangular – 1300 mm	R\$ 3.200,27	R\$ 3.110,00	R\$ 3.500,00	R\$ 3.270,09	17	R\$ 55.591,53	
10	613230	Cachepot retangular – 650 mm	R\$ 2.489,23	R\$ 2.380,00	R\$ 2.500,00	R\$ 2.456,41	3	R\$ 7.369,23	
11	619734	Mesa circular – diâmetro 1000 mm	R\$ 2.739,98	R\$ 2.520,00	R\$ 2.917,00	R\$ 2.725,66	10	R\$ 27.256,60	
12	611700	Mesa circular – diâmetro 1400 mm	R\$ 3.527,55	R\$ 2.950,00	R\$ 3.617,00	R\$ 3.364,85	3	R\$ 10.094,55	
13	468461	Mesa de reunião retangular – 6 lugares (1300 x 800 mm)	R\$ 3.141,88	R\$ 3.040,00	R\$ 3.116,00	R\$ 3.099,29	6	R\$ 18.595,76	
14	619429	Mesa de refeitório – 2700 x 900 mm	R\$ 3.694,91	R\$ 3.450,00	R\$ 3.720,00	R\$ 3.621,64	4	R\$ 14.486,55	
TOTAL GERAL			R\$ 43.935,72	R\$ 42.150,00	R\$ 45.690,40	R\$ 43.925,37		R\$ 337.388,47	

5.5. Os dados apurados na pesquisa de preços foram consolidados na tabela comparativa acima, a qual serviu de base para a definição do valor unitário de referência de cada item, adotado como parâmetro para a estimativa do custo da contratação no valor total de R\$ 337.388,47 (trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

5.6. A pesquisa de mercado demonstrou a adequação e compatibilidade dos preços estimados com contratações similares na Administração Pública, atendendo aos requisitos de fundamentação e economicidade previstos nos artigos 23 e 44 da Lei nº 14.133/2021 e nas orientações da AGU.

## 6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na aquisição de mobiliários para a modernização do ambiente destinado ao refeitório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea.

6.2. A solução visa suprir a deficiência de mobiliário atualmente empregado no refeitório, que atualmente é destinado a escritórios, não atendendo de forma adequada às especificidades do espaço. Ademais, grande parte dos bens encontra-se defeituosa, inservível, obsoleta ou em estado de deterioração pelo uso contínuo. A substituição, portanto, é necessária para garantir condições adequadas de refeição e conforto aos frequentadores do ambiente.

6.3. A aquisição enquadra-se na categoria em bens comuns, nos termos da Lei nº14.133/2021, suas características possuem padrões de desempenho e qualidade normalmente encontrados no mercado, conforme verificado nas pesquisas de preço realizadas.

6.4. A contratação será realizada mediante Pregão Eletrônico, sob a forma Eletrônica, com a adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

6.5. Os mobiliários deverão cumprir os requisitos mínimos de qualidade e especificações técnicas descritos no Termo de Referência, além de atender as disposições da ABNT NBR constantes para cada item.

6.9. A entrega deverá ser realizada em remessa única para cada item, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da emissão da Nota de Empenho pelo Ipea.

6.10. A entrega dos itens se dará no Almoxarifado do IPEA em Brasília/DF, localizado no seguinte endereço: Setor de Edifícios Públicos Sul SEPS 702/902 Ipea/Iphan, Bloco C, Torre B - Asa Sul, Brasília - DF, CEP 70390-025, de segunda a sexta-feira, das 08h às 18h. Contatos: Tel.: (61) 2026-5433/5404 e-mail.: [almoxarifado.bsb@ipea.gov.br](mailto:almoxarifado.bsb@ipea.gov.br).

6.11. O transporte e as efetivas condições dos itens adquiridos são de responsabilidade da empresa fornecedora, considerando que devem se encontrar devidamente fechados, embalados adequadamente, protegidos de possíveis intempéries.

6.12. Caso ocorra a entrega de material em desconformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência, a empresa deverá efetuar a substituição imediata do produto, sem qualquer ônus adicional para o Ipea.

6.13. Os mobiliários deverão ser novos, sem uso, em perfeitas condições, acompanhados de sua documentação técnica, quando for o caso, contendo manuais em português.

6.14. A empresa contratada para fornecimento dos bens deverá oferecer garantia mínima de 05 (cinco) anos, do ato de entrega e atesto da Nota Fiscal pelo IPEA. A garantia se direciona a problemas de fabricação, peças, defeitos ou quaisquer outros que comprovadamente, não tenham sido causados pela contratante.

6.15. Os mobiliários deverão ser entregues em embalagem apropriada para o transporte e não deverão apresentar quaisquer sinais de danos físicos como amassamentos, fissuras, ou qualquer outra avaria que possa comprometer a qualidade do objeto.

6.16. Os itens devem ser instalados no local indicado pela contratante e atendidos os critérios de garantia descritos individualmente em cada item ou de no mínimo 05 (cinco) anos, o que for maior.

6.16. O contratado deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

6.17. O prazo para recebimento provisório e definitivo, bem como critérios de pagamento e demais obrigações específicas estarão detalhados no Termo de Referência e em seus anexos.

6.18. Para o Ipea, a aquisição dos bens é a solução mais vantajosa, especialmente considerando a necessidade prolongada, o custo total a longo prazo, e a necessidade de controle total sobre os bens. A compra garante maior estabilidade, independência e melhor alinhamento com as necessidades operacionais e as estratégias de longo prazo do Instituto.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. A quantidade estimada para a presente contratação, considerando os quantitativos levantados no projeto arquitetônico, conforme Anexo II, é:

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	UND	QTD
1	239761	Cadeira fixa estofada com base em madeira	Unidade	58
2	485383	Cadeira fixa com base em aço	Unidade	50
3	630928	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	Unidade	2
4	623645	Longarina com encosto em tela e assento estofado	Unidade	1
5	608715	Sofá Modular Estofado – 1 Lugar	Unidade	2
6	608714	Sofá Modular Estofado – 2 Lugares	Unidade	20
7	608716	Sofá Modular Estofado – 3 Lugares	Unidade	1
8	632309	Módulo Estofado Curvo 180° com Encosto Central	Unidade	2
9	613229	Cachepot retangular – 1300 mm	Unidade	17
10	613230	Cachepot retangular – 650 mm	Unidade	3
11	619734	Mesa circular – diâmetro 1000 mm	Unidade	10
12	611700	Mesa circular – diâmetro 1400 mm	Unidade	3
13	468461	Mesa de reunião retangular – 6 lugares (1300 x 800 mm)	Unidade	6
14	619429	Mesa de refeitório – 2700 x 900 mm	Unidade	4

7.2. No procedimento de catalogação, foi buscada similaridade com o Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER) do Compras.gov.br, contudo as especificações de cada item devem seguir o descritivo detalhado nas especificações técnicas, anexo ao Termo de Referência.

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 393.178,86

8.1. O custo estimado para a presente contratação é de R\$ 337.388,47 (trezentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e oito reais e quarenta e sete centavos).

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTITATIVO	VLR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Cadeira fixa estofada com base em madeira	58	R\$ 961,90	R\$ 55.790,39
2	Cadeira fixa com base em aço	50	R\$ 586,52	R\$ 29.326,00
3	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	2	R\$ 1.363,06	R\$ 2.726,13
4	Longarina com encosto em tela e assento estofado	1	R\$ 4.258,30	R\$ 4.258,30
5	Sofá Modular Estofado – 1 Lugar	2	R\$ 2.997,16	R\$ 5.994,32
6	Sofá Modular Estofado – 2 Lugares	20	R\$ 4.472,61	R\$ 89.452,20
7	Sofá Modular Estofado – 3 Lugares	1	R\$ 5.048,84	R\$ 5.048,84
8	Módulo Estofado Curvo 180° com Encosto Central	2	R\$ 5.699,04	R\$ 11.398,07
9	Cachepot retangular – 1300 mm	17	R\$ 3.270,09	R\$ 55.591,53
10	Cachepot retangular – 650 mm	3	R\$ 2.456,41	R\$ 7.369,23
11	Mesa circular – diâmetro 1000 mm	10	R\$ 2.725,66	R\$ 27.256,60
12	Mesa circular – diâmetro 1400 mm	3	R\$ 3.364,85	R\$ 10.094,55
13	Mesa de reunião retangular – 6 lugares (1300 x 800 mm)	6	R\$ 3.099,29	R\$ 18.595,76
14	Mesa de refeitório – 2700 x 900 mm	4	R\$ 3.621,64	R\$ 14.486,55
TOTAL GERAL				R\$ 337.388,47

8.2. Com base nas referências de mercado consultadas, estima-se o valor aproximado acima, conforme levantamento de mercado realizados. A estimativa considerada preços médios atualizados.

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Será adotado o parcelamento do objeto, pois essa medida possibilita a participação de mais fornecedores, incluindo micro e pequenas empresas, ampliando a competitividade e assegurando melhores condições de preço para aquisição dos itens, em conformidade com o art. 40 da Lei 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não há contratações correlatas e/ou interdependentes.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A presente demanda encontra-se alinhada com o Planejamento Estratégico do IPEA, PCA 2025, ID 130, Classe/ Grupo 7195 - MOBILIÁRIOS DIVERSOS E ACESSÓRIOS, com a finalidade de modernizar e adequar os espaços institucionais da edificação.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de mobiliário adequado para o refeitório tem como objetivo atender às necessidades funcionais e operacionais do ambiente, proporcionando condições adequadas para a realização das refeições pelos usuários.

12.2. Atualmente, o mobiliário existente é incompatível com a finalidade do espaço, por tratar-se de bens originalmente destinados a ambientes de escritório, não atendendo às exigências de ergonomia, resistência e conforto requeridas para refeitórios. Soma-se a isso o fato de que parte significativa dos móveis encontra-se em estado de deterioração, inservível ou obsoleta, em razão do uso contínuo, comprometendo a segurança, a funcionalidade e a higiene do ambiente.

12.3. A substituição do mobiliário permitirá a adequação do refeitório às suas especificidades, promovendo maior conforto aos usuários, melhor aproveitamento do espaço físico e redução de riscos de acidentes. Ademais, a aquisição de mobiliário apropriado contribuirá para a durabilidade dos bens, a padronização do ambiente e a melhoria das condições de uso coletivo.

12.4. Os benefícios esperados incluem, ainda, a valorização do ambiente de convivência, a preservação da saúde e do bem-estar dos usuários, bem como a melhoria da percepção institucional quanto à qualidade da infraestrutura disponibilizada, alinhando-se aos princípios da eficiência, da economicidade e do interesse público.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há necessidade de adequação do órgão para a presente contratação.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Dado a natureza do objeto a ser contratado, não foram identificados impactos ambientais relevantes. Todavia, faz-se necessário que o licitante observe, em todas as fases do processo, as orientações e normas voltadas à sustentabilidade ambiental, bem como as práticas previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis elaborado pela Advocacia Geral da União 2025, ([https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao\\_2025\\_do\\_guiua\\_final\\_para\\_cop30.pdf/](https://www.gov.br/agu/pt-br/assuntos-1/agu-na-cop30/central-de-conteudos/edicao_2025_do_guiua_final_para_cop30.pdf/)), no Decreto nº 7.746/2012, no que couber e mediante orientações da ISO 20400 (Compras Sustentáveis), com finalidade de mitigar impactos ambientais.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação descrita neste presente instrumento é essencial para as atividades finalísticas deste Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea, no que tange a padronização do ambiente e a melhoria das condições de uso coletivo dos servidores e colaboradores.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**DIEGO TOMAZETTO DE CARVALHO**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/12/2025 às 09:44:55.

**MANOEL DE RIBAMAR CARDOSO BARROSO**

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 02/02/2026 às 12:53:00.

**MARINESIA LEMOS SOUTO**

Membro da comissão de contratação



*Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 10:34:54.*

## **ANEXO II**

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### **INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES**

No procedimento de catalogação, foi buscada similaridade com o Catálogo de Materiais e Serviços (CATMAT/CATSER) do Compras.gov.br, contudo as especificações de cada item devem seguir o descritivo abaixo detalhado.

Com fundamento na Lei nº 14.133/2021, informamos que as imagens constantes neste Anexo possuem caráter meramente ilustrativo, com a finalidade de auxiliar na compreensão das especificações técnicas dos produtos que o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea pretende adquirir.

Ressalta-se que os elementos visuais têm por objetivo exemplificar os requisitos mínimos desejados pela Administração, não devendo ser interpretados como exigência vinculativa de marca, modelo específico ou características exclusivas. As especificações técnicas detalhadas são as que constam neste Termo de Referência e demais anexos, devendo ser rigorosamente observadas pelos licitantes no momento da formulação de suas propostas, em conformidade com o princípio do julgamento objetivo, previsto no art. 5º da referida legislação.

Os mobiliários e demais itens deverão atender às normas técnicas d ABNT/ NBR conforme abaixo descritas bem como no item 4.1.2. do Termo de Referência.

A presente orientação está em conformidade com os princípios da isonomia, do julgamento objetivo e da impessoalidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

Portanto, a Administração reforça que eventual similaridade com imagens de marcas disponíveis no mercado não implica em direcionamento ou preferência, sendo assegurada a ampla competitividade entre os participantes.

#### **DESCRIPTIVO DETALHADO**

##### **1 – Cadeira fixa estofada com base em madeira**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Cadeira tipo fixa com 4 apoios no assento, estrutura em madeira, concha na cor verde oliva e madeira na tonalidade Elmo Suíço, sem regulagem, concha em plástico, assento com espuma, peso mínimo suportado de 140Kg, que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 565mm, L= 470mm e A=825mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---



## **2 – Cadeira fixa com base em aço**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Cadeira tipo fixa, estrutura em aço na cor cinza prata semi-fosco, sem regulagem, encosto e assento em concha em plástico na cor verde oliva, pés no formato SKI (base contínua), peso mínimo suportado de 140Kg, sem braço, que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 550mm, L= 470mm e A=765mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

## **3 – Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Cadeira tipo fixa, estrutura em aço, na cor preta, sem regulagem, encosto em tela e assento estofado, pés no formato SKI (base contínua), peso mínimo suportado de 140Kg, com braço, que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 490mm, L= 615mm e A=870mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

#### **4 – Longarina com encosto em tela e assento estofado**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Cadeira tipo longarina, estrutura em aço na cor cinza prata semi-fosco, sem regulagem, encosto e assento estofado na cor preta, peso mínimo suportado de 140Kg por assento, com 3 assentos unidos, que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 560mm, L= 1770mm e A=760mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

#### **5 – Sofá Modular Estofado – 1 Lugar**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Sofá em formato e estrutura modular que suporte ser agregado ou desagregado de demais módulos e que juntos forme uma composição, encosto na cor cinza claro e assento na cor verde oliva, estofado em couro sintético (vinil), espuma de média/alta densidade (mínimo D33), composta por um assento, sem braço, peso mínimo suportado de 150Kg por assento, e que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 650mm, L= 650mm e A=760mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

## **6 – Sofá Modular Estofado – 2 Lugares**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Sofá em formato e estrutura modular que suporte ser agregado ou desagregado de demais módulos e que juntos forme uma composição, encosto na cor cinza claro e assento na cor verde oliva, estofado em couro sintético (vinil), espuma de média/alta densidade (mínimo D33), composta por dois assentos, sem braço, peso mínimo suportado de 150Kg por assento, e que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 650mm, L= 1300mm e A=760mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

## **7 – Sofá Modular Estofado – De canto**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Sofá em formato e estrutura modular que suporte ser agregado ou desagregado de demais módulos e que juntos forme uma composição, encosto na cor cinza claro e assento na cor verde oliva, estofado em couro sintético (vinil), espuma de média/alta densidade (mínimo D33), composta por um assento e encosto em ângulo de 90°, sem braço, peso mínimo suportado de 150Kg por assento, e que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 650mm, L= 1950mm e A=760mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

## **8 – Módulo Estofado Curvo 180° com Encosto Central**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Sofá em formato e estrutura modular que suporte ser agregado ou desagregado de demais módulos e que juntos forme uma composição, encosto na cor cinza claro e assento na cor verde oliva, estofado em couro sintético (vinil), espuma de média/alta densidade (mínimo D33), composta por um modulo curvo em 180°, peso mínimo suportado de 150Kg por assento, sem braço e que atende as normas NBR da ABNT e segue a NR17 de ergonomia.

Dimensões mínimas aproximada (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 850mm, L= 1700mm e A=760mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

## **9 – Cachepot retangular – 1300 mm**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Cachepot, estrutura em MDF, na cor elmo suíço, com tampo interno para regulagem de altura para a instalação das plantas.

Dimensões aproximada (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 390mm, L= 1300mm e A=900mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

### **11 – Mesa circular – diâmetro 1000 mm**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Mesa redonda com tampo em MDF, com estrutura em aço, cor do tampo em elmo suíço e estrutura na cor cinza prata semi-fosco.

Dimensões aproximadas (D = diâmetro, A= altura) D=1000 e A=420mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

### **12 – Mesa circular – diâmetro 1400 mm**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Mesa redonda com tampo em MDF, com estrutura em aço, cor do tampo em elmo suíço e estrutura na cor cinza prata semi-fosco.

Dimensões aproximadas (D = diâmetro, A= altura) D=1400 e A=420mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

### **13 – Mesa de reunião retangular – 6 lugares (1300 x 800 mm)**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Mesa retangular com tampo em MDF, com estrutura em aço, cor do tampo em elmo suíço e estrutura na cor cinza prata semi-fosco.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 800mm, L= 1300mm e A=740mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---

### **14 – Mesa de refeitório – 2700 x 900 mm**

Especificações Técnicas (mínimas) do objeto:

Mesa retangular com tampo em MDF, com estrutura em aço, cor do tampo em elmo suíço e estrutura na cor cinza prata semi-fosco.

Dimensões aproximadas (P= profundidade, L= largura, A= altura) P= 900mm, L= 2700mm e A=740mm



**Imagem meramente ilustrativa**

---



\* MINUTA DE DOCUMENTO

**ANEXO II AO EDITAL**

**MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS**

(Em papel personalizado da empresa)

Processo nº .....

Pregão Eletrônico nº ...../.....

Razão Social: ..... CNPJ: .....

Endereço: ..... Tel.: .....

CEP: ..... Cidade: .....

Banco: ..... Agência: ..... Conta: .....

Apresentamos a nossa Proposta para a licitação referente a Aquisição de bens móveis para o refeitório unidade do Ipea Brasília - DF, para o **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA**, situado no endereço SEPS 702/902, Conjunto C, Torres A e B - Asa Sul - Brasília - DF, conforme condições e exigências estabelecidas no Edital e seus Anexos e nos termos da tabela abaixo:

Grupo	Item	Especificação	Unidade/ Métrica	Qtde	Valor Mensal	Valor Anual
Único	1	Cadeira fixa estofada com base em madeira	UNIDADE	58	R\$	R\$
	2	Cadeira fixa com base em aço	UNIDADE	50	R\$	R\$
	3	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	UNIDADE	02	R\$	R\$
	4	Longarina com encosto em tela e assento estofado	UNIDADE	01	R\$	R\$
	5	Sofá Modular Estofado - 1 Lugar	UNIDADE	02	R\$	R\$
	6	Sofá Modular Estofado - 2 Lugares	UNIDADE	20	R\$	R\$
	7	Sofá Modular Estofado de canto	UNIDADE	01	R\$	R\$
	8	Módulo Estofado Curvo 180º com Encosto Central	UNIDADE	02	R\$	R\$
	9	Cachepot retangular - 1300 mm	UNIDADE	17	R\$	R\$
	10	Cachepot retangular - 650 mm	UNIDADE	03	R\$	R\$
	11	Mesa circular - diâmetro 1000 mm	UNIDADE	10	R\$	R\$
	12	Mesa circular - diâmetro 1400 mm	UNIDADE	03	R\$	R\$
	13	Mesa de reunião retangular - 6 lugares (1300 x 800 mm)	UNIDADE	06	R\$	R\$
	14	Mesa de refeitório - 2700 x 900 mm	UNIDADE	04	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$	R\$

Declaramos que:

A proposta de preço deverá ser encaminhada de acordo com o Termo de Referência e modelo proposto pelo IPEA, com a definição dos custos individuais de itens e produtos visando a parametrização de documentos.

O preço cotado inclui todas as despesas, tributos e encargos de qualquer natureza incidentes sobre o objeto deste pregão;

Quaisquer tributos, custos e despesas omitidas da proposta, ou incorretamente cotadas serão considerados como inclusos nos preços, e não serão solicitados acréscimos, a qualquer título, sendo os serviços prestados sem ônus adicional;

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o contrato dela advindo;

Estamos de acordo com as condições estabelecidas no Edital e seus anexos e que tomamos conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações;

Nos valores informados estão todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais

incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

Validade da proposta: mínimo de 120 (cento e vinte) dias.

Dados do representante legal da empresa para assinatura do contrato:

Nome: .....

Endereço: .....

CEP: ..... Cidade: .....

CPF: ..... Cargo/Função: .....

RG: ..... Órgão Expedidor: .....

Naturalidade: ..... Nacionalidade: .....

Local e data

.....

Assinatura e carimbo (representante da empresa)



Documento assinado eletronicamente por **Manoel de Ribamar Cardoso Barroso, Coordenador de Compras e Contratos Substituto - COCCT**, em 22/05/2026, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0794594** e o código CRC **F1622084**.

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**

**AQUISIÇÕES - LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA**

**(Processo Administrativo nº 03001.002978/2025-51)**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XX/2026, QUE FAZEM  
ENTRE SI O INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA -  
IPEA E A EMPRESA XXX**

O **INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA-IPEA**, fundação pública federal com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.142, de 29 de março de 2010, com sede no SEPS 702/902 Conjunto C, Torre B, Centro Empresarial Brasília 50, Asa Sul, Brasília/DF, CEP: 70.390-025, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **33.892.175/0001-00**, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representado pelo seu **DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**, Sr. **FERNANDO GAIGER SILVEIRA**, portador da matrícula funcional nº **\*\*83\*\*\***, e, do outro lado, a empresa **XXX**, com sede à **XXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXX**, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Sócio Administrador, Sr(a). **XXX**, conforme documentação apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no **Processo nº 03001.002978/2025-51** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, 1º de Abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 90041/2026**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a **aquisição de bens móveis para o refeitório unidade do Ipea Brasília - DF**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

GRUPO	ITEM	ESPECIFICAÇÃO / MODELO / MARCA	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QTD.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
Único	1	Cadeira fixa estofada com base em madeira	239761	Unidade	58	R\$	R\$
	2	Cadeira fixa com base em aço	485383	Unidade	50	R\$	R\$
	3	Cadeira fixa base em aço com encosto em tela e assento estofado	630928	Unidade	02	R\$	R\$
	4	Longarina com encosto em tela e assento estofado	623645	Unidade	01	R\$	R\$
	5	Sofá Modular Estofado - 1 Lugar	608715	Unidade	02	R\$	R\$
	6	Sofá Modular Estofado - 2 Lugares	608714	Unidade	20	R\$	R\$
	7	Sofá Modular Estofado de canto	608716	Unidade	01	R\$	R\$
	8	Módulo Estofado Curvo 180º com Encosto Central	632309	Unidade	02	R\$	R\$
	9	Cachepot retangular - 1300 mm	613229	Unidade	17	R\$	R\$
	10	Cachepot retangular - 650 mm	613230	Unidade	03	R\$	R\$
	11	Mesa circular - diâmetro 1000 mm	619734	Unidade	10	R\$	R\$
	12	Mesa circular - diâmetro 1400 mm	611700	Unidade	03	R\$	R\$
	13	Mesa de reunião retangular - 6 lugares (1300 x 800 mm)	468461	Unidade	06	R\$	R\$

	14	Mesa de refeitório - 2700 x 900 mm	619429	Unidade	04	R\$	R\$
VALOR TOTAL							R\$

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. Termo de Referência, SEI nº ();
- 1.3.2. Edital da Licitação, SEI nº ();
- 1.3.3. A Proposta do Contratado, SEI nº (); e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados data da assinatura da Autoridade Competente do Contratante, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.1.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. As regras sobre a subcontratação do objeto são aquelas estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

5. **CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ xxxxxxxxxxx (xxxxxxxxxxxxxxxxxx).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6. **CLÁUSULA SEXTA - DO PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE**

7.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

8. **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do CONTRATANTE:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;
- 8.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 8.1.6. Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
  - 8.1.8.1. Administração terá o prazo de 15 (quinze dias), a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.
- 8.1.9. Responder eventuais pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo CONTRATADO no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 8.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

9.1. O contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste contrato e de seus anexos, assumindo

como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.3. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- 9.5.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- 9.5.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- 9.5.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;
- 9.5.4. Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e
- 9.5.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

9.6. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.7. Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

9.8. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.9. Manter, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta.

9.10. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação

9.11. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas.

9.12. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados na alínea "d" do inciso li do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.14. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

9.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.16. Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O CONTRATADO deverá exigir de SUBOPERADORES e SUBCONTRATADOS o cumprimento dos deveres

da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados

10.9. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Será exigida a prestação de garantia na presente contratação, conforme regras constantes do Termo de Referência.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As regras acerca de infrações e sanções administrativas referentes à execução do contrato são aquelas definidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do CONTRATADO:

13.2.1.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

13.2.1.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

13.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.4.1. Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.4.2. Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.4.3. Das indenizações e multas.

13.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

13.6. O contratante poderá ainda:

13.6.1. nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

13.6.2. nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

13.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões

que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

14.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- I - Gestão/Unidade: 113601;
- II - Fonte de Recursos: 2000;
- III - Programa de Trabalho Resumido: 249573
- IV - Elemento de Despesa: 44.90.52.42
- V - Plano Interno: 0032;
- VI - Nota de Empenho: A definir.

15.2. Suprimido por se tratar de contratação de fornecimento contínuo.

16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CASOS OMISSOS**

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

17. **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA- PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

18. **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Brasília da Seção Judiciária do Distrito Federal, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Assinatura Eletrônica

XXXXXXXX

Sócio/Administrador

XXXXXXXX

Assinatura Eletrônica

Fernando Gaiger Silveira

Diretor de Desenvolvimento Institucional

**INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA**

**TESTEMUNHAS:**

1) Nome: Barbara Cristina Tavares dos Santos Chagas  
*Matrícula Funcional nº: \*\*43\*\*\**

2) Nome: Manoel de Ribamar Cardoso Barroso  
*Matrícula Funcional nº: \*\*43\*\*\**





A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.ipea.gov.br/processoeletronico/conferir> informando o código verificador **0803546** e o código CRC **0FAB43FA**.